



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
BACHARELADO DE GESTÃO PÚBLICA**

FELIPE ANTONIO MELO JARDIM

**ENTRE MARÉS E MARCOS LEGAIS: A CONSTRUÇÃO DA INSTÂNCIA DE
GOVERNANÇA TURÍSTICA COSTA DAS FALÉSIAS DE 2019 A 2025 NA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA/PB
2025**

FELIPE ANTONIO MELO JARDIM

**ENTRE MARÉS E MARCOS LEGAIS: A CONSTRUÇÃO DA INSTÂNCIA DE
GOVERNANÇA TURÍSTICA COSTA DAS FALÉSIAS DE 2019 A 2025 NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado de Gestão Pública, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.(a) Joseneide Souza Pessoa

JOÃO PESSOA/PB
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

J37e Jardim, Felipe Antonio Melo.

Entre marés e marcos legais: a construção da instância de governança turística costa das falésias de 2019 a 2025 na Paraíba / Felipe Antonio Melo Jardim. - João Pessoa, 2025.

42 f. : il.

Orientação: Joseneide Souza Pessoa.
TCC (Graduação) - UFPB/CCEA.

1. Políticas públicas. 2. Governança turística. 3. Turismo sustentável. 4. Instância de governança regional. 5. Fórum Costa das Falésias. I. Pessoa, Joseneide Souza. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35(043)

FELIPE ANTONIO MELO JARDIM

**ENTRE MARÉS E MARCOS LEGAIS: A CONSTRUÇÃO DA INSTÂNCIA DE
GOVERNANÇA TURÍSTICA COSTA DAS FALÉSIAS DE 2019 A 2025 NA PARAÍBA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública, e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidenta: Professora Dra. Joseneide Souza Pessoa
Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Membro: Professor Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Instituição: Universidade Federal da Paraíba

:

Membro: Professora Dra. Ana Valéria Endres
Instituição: Universidade Federal da Paraíba

:

João Pessoa, 30 de abril de 2025.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus pelo dom da vida e ser uma fonte inesgotável de inspiração e sabedoria, à Nossa Senhora, por toda proteção e pelas bênçãos concedidas ao longo desta caminhada. Em cada desafio superado, reconheço a presença divina que me sustentou e guiou.

Ao Departamento de Gestão Pública e à Coordenação do Curso, pela dedicação e compromisso com o ensino público de qualidade, que nos forma não apenas como profissionais, mas como cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade.

Agradeço, com carinho e respeito, aos professores que contribuíram para a minha formação no curso de Gestão Pública da UFPB. Em especial, à professora Íris Gomes e a professora Thays Felipe, que mesmo não estando mais na instituição, deixaram marcas profundas por meio de seus ensinamentos e exemplos. Estendo minha gratidão aos docentes que permanecem no curso, transmitindo conhecimento com dedicação e comprometimento, e inspirando novas gerações de gestores públicos.

À minha orientadora, professora Joseneide Pessoa, agradeço pela gentileza em aceitar a orientação, pela escuta generosa, pela atenção e por me conduzir com sabedoria e paciência nesta jornada acadêmica.

À professora Ana Valéria, minha gratidão pelo acolhimento, pela amizade e pela mentoria na pesquisa em governança turística. Sua generosidade em compartilhar tanto os desafios quanto as alegrias do estudo nesse campo fez grande diferença em minha formação pessoal e intelectual.

Aos que começamos juntos a jornada em 2018, as gestoras públicas Laís e Sabrina, além de Ítalo e Kaylla, deixo minha torcida sincera para que cada escolha os leve à realização de seus propósitos.

Aos meus amigos Adalberto, Ketlyn, Thalita, Gabriel, Matheus, David e Anderson, expresse minha profunda gratidão pela presença constante, pelo apoio e pelas boas risadas que tornaram nossas dores durante a trajetória mais leve, acolhedora e menos solitária.

Sou afortunado por estar cercado de mulheres incríveis que moldaram minha trajetória com força, afeto e inspiração. À minha prima-irmã eterna chefe, Marília Melo, que me carregou para o mundo do turismo e despertou em mim uma paixão que hoje se tornou missão. À minha esposa e parceira, Ana Katarina, meu amor que com dedicação cuidou da nossa família e me permitiu estudar com tranquilidade. Às minhas filhas, Mariana e Ana Emília, minha maior motivação. À minha mãe, Maria Carmen – a querida Vovó Kay –, que, com coragem e resiliência, criou dois filhos sozinha e nos ensinou, pelo exemplo, que a educação é o caminho mais seguro para um futuro digno.

Por fim fica o exemplo de Santo Agostinho:

“O conhecimento é como um barco no porto: seguro, estável, mas não foi feito para ficar ali.”

O conhecimento que aqui construímos precisa navegar, ser compartilhado e servir a outras vidas. Por isso, meu compromisso de fazer dele um instrumento de transformação — individual, coletiva e pública.

Seguiremos firmes.

“A fé não tem medo da razão. Ambas procedem de Deus.”
São João Paulo II
(Encíclica Fides et Ratio – 1998)

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de institucionalização do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF), instância de governança turística que reúne os municípios de Conde, Pitimbu e Caaporã, no litoral sul da Paraíba. Com abordagem qualitativa e metodologia baseada em relato de experiência e pesquisa documental, a investigação identifica os marcos jurídicos, os atores envolvidos e os resultados alcançados entre os anos de 2019 e 2025. O estudo mostra como a construção de uma Instância de Governança Regional (IGR) fortalece a articulação multissetorial, amplia a capacidade de planejamento territorial e impulsiona ações concretas, como a criação de roteiros turísticos, capacitações, parcerias institucionais e acesso a políticas públicas de turismo. A pesquisa também evidencia o protagonismo local e o papel de instituições como o Sebrae e o Governo do Estado na consolidação do FORTSCF como referência em governança descentralizada e participativa. Os resultados apresentados contribuem para o debate sobre o papel das IGRs no desenvolvimento sustentável do turismo regional.

Palavras-chave: Governança turística; Políticas públicas; Turismo sustentável; Instância de Governança Regional; Fórum Costa das Falésias.

ABSTRACT

This study analyzes the institutionalization process of the Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF), a regional tourism governance body composed of the municipalities of Conde, Pitimbu, and Caaporã, located in the southern coastal region of Paraíba, Brazil. Using a qualitative approach and a methodology based on experiential reporting and document analysis, the research identifies the legal frameworks, key actors, and tangible outcomes achieved between 2019 and 2025. The study demonstrates how the establishment of a Regional Governance Instance (IGR) strengthens multisectoral collaboration, enhances territorial planning capacity, and drives concrete initiatives such as the creation of tourism routes, training programs, institutional partnerships, and access to public tourism policies. The research also highlights the local leadership and the essential role of institutions such as Sebrae and the State Government in consolidating FORTSCF as a reference in decentralized and participatory governance. The findings contribute to the broader discussion on the role of IGRs in fostering sustainable regional tourism development.

Keywords: Tourism governance; Public policies; Sustainable tourism; Regional Governance Instance; Costa das Falésias Forum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	Título	Página
Figura 1	Princípios basilares de Integridade do MTUR	12
Figura 2	Montagem Fotográfica das reuniões ordinárias do FORTSCF.	25
Figura 03	Fluxograma FORTSCF	30
Figura 04	Publicação dos Termos de Cooperação Técnica entre o FORTSCF e os municípios consorciados nos Diários Oficiais	32
Figura 05	Identidade visual do FORTSCF:do material de divulgação.	35
Figura 06	Registro fotográfico do evento de lançamento oficial do FORTSCF na Pousada Aruanã	38
Quadro 01	Documentos Jurídicos de Reconhecimento e Consolidação do FORTSCF	29
Quadro 02	Participação por Município e Setor nas Reuniões do FORTSCF (2023–2024)	33
Gráfico 01	Distribuição percentual e absoluta dos participantes das reuniões do FORTSCF em 2023 e 2024	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO
ART	Agente de Roteiro Turístico
AVIRRP	Associação das Agências de Viagens de Ribeirão Preto e Região
BTM	Brazil Travel Market
CVC	CVC Corp (Companhia de Viagens e Turismo)
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FECOMERCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo
FORTSCF	Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias
IGR	Instância de Governança Regional
MTUR	Ministério do Turismo
PBTUR	Empresa Paraibana de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNRT	Política Nacional de Regionalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETDE	Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. TECENDO TERRITÓRIOS DE GOVERNANÇA: A TRAMA DA POLÍTICA TURÍSTICA.....	15
2.1. Governança e Gestão Pública do Turismo no Brasil: Caminhos Institucionais.....	16
2.2. A Arquitetura Regional do Turismo: IGRs e Cooperação Intermunicipal.....	19
2.3. Costa das Falésias: Territorialidade, Participação e Prática de Governança.....	21
3. METODOLOGIA	26
4. DINÂMICAS DE CONSOLIDAÇÃO DO FORTSCF: ESTRUTURA, PARTICIPAÇÃO E ENTREGAS.....	28
5. CONCLUSÕES	39
6. REFERÊNCIAS	41

1. INTRODUÇÃO

O turismo é um dos setores econômicos mais dinâmicos do Brasil, representando uma fonte significativa de emprego e renda para diversas regiões. No primeiro semestre de 2024, o setor movimentou R\$ 95,3 bilhões na economia do país, apresentando um crescimento de 1,9% em comparação aos dados anteriores à pandemia, registrados em 2019. Essas informações foram divulgadas pelo Ministério do Turismo, com base em levantamento realizado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (Fecomércio-SP). Segundo a entidade, o crescimento foi impulsionado principalmente pela locação de meios de transporte para viagem, que registrou um aumento de 11%. Outros segmentos também se destacaram, como o setor de hospedagem, com alta de 6,7%, e as atividades culturais, recreativas e esportivas, que cresceram 3,9% (BRASIL, 2024).

Na Paraíba, o setor de turismo registrou um faturamento de R\$ 91,2 milhões no primeiro semestre de 2024, representando um crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2023, posicionando o estado em primeiro lugar no Nordeste nesse indicador. Esse desempenho reflete os investimentos contínuos do Governo do Estado em eventos, capacitações e ações promocionais, totalizando mais de R\$ 15 milhões. As ações foram coordenadas pela Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), em articulação com a Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETDE), e incluíram participação em feiras nacionais e internacionais, treinamentos presenciais e parcerias com grandes operadoras de turismo, como a CVC.

Ao todo, foram capacitados 6.240 agentes de viagem e representantes de empresas do setor turístico, com impacto direto em 365.048 pessoas, abrangendo profissionais de 20 estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Bahia, além de quatro países: Argentina, Portugal, Espanha e Estados Unidos. (PARAÍBA, 2024) Destaca-se, por exemplo, o painel de treinamento do Destino Paraíba realizado durante a AVIRRP 2024, em Ribeirão Preto (SP), que reuniu cerca de 600 agentes de viagens. Essas ações de promoção e qualificação evidenciam a crescente articulação da política pública de turismo no estado, demonstrando a importância da integração entre os diferentes níveis de governo e o setor privado.

Apesar dos dados indicarem um setor de forte componente econômico na região Nordeste e na Paraíba, é válido ressaltar que, para que seu desenvolvimento ocorra de forma

estruturada e sustentável, é essencial a existência de políticas públicas eficientes e de instâncias descentralizadas de governança que possibilitem a participação de diferentes atores sociais (TIAGO; GRECHI, 2022), considerando também os potenciais de cada município ou região turística para tal desenvolvimento.

A governança no turismo brasileiro desempenha um papel central na formulação e implementação das políticas públicas, com o intuito de promover o desenvolvimento deste importante ativo econômico para o país, bem como fortalecer a participação social e a gestão descentralizada junto às governanças regionais e locais dos destinos turísticos (KALAOUM; TRIGO, 2021). O Ministério do Turismo é o órgão público responsável pela implementação das políticas públicas direcionadas a este setor da economia, atuando de forma a consubstanciar regulamentos, ações e financiamentos para que os estados desenvolvam seus potenciais turísticos. Um dos eixos de sua atuação é desenvolver uma integração com diferentes órgãos públicos e setores privados, buscando seguir uma política baseada em princípios basilares estabelecidos em seu Plano de Integridade conforme a Figura 01.

Figura 01 – Princípios basilares de Integridade do MTUR



Fonte: Ministério do Turismo, 2025

Observar que esse modelo atual de governança, estruturado a partir de suas instâncias regionais, é fruto de um longo processo historicamente construído, vinculado ao amadurecimento das políticas públicas de descentralização no campo do turismo no Brasil, que teve início com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) na década de 1990. O PNMT marcou um ponto de inflexão ao descentralizar a gestão turística, transferindo responsabilidades e decisões do governo federal para os municípios e promovendo a

participação ativa das comunidades locais. Essa mudança rompeu com a lógica centralizadora de pensar o turismo exclusivamente a partir de Brasília. (TRENTIN, 2016; BRASIL, 2004)

Foi com a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, que a política pública de turismo no Brasil teve avanços significativos, ao estruturar uma abordagem nacional para a gestão do setor. Desde então, quatro Planos Nacionais de Turismo foram elaborados, visando fortalecer a regionalização do turismo e promover um desenvolvimento equilibrado em diferentes territórios (SOUZA et al., 2024). Esses planos enfatizaram a necessidade de gestão descentralizada, o que impulsionou a criação das Instâncias de Governança Regional (IGRs) como um instrumento essencial para a articulação entre os entes federativos e a sociedade civil.

A política de regionalização do turismo foi implementada como estratégia para descentralizar a gestão turística e fomentar o desenvolvimento integrado dos destinos. Essa abordagem possibilitou a criação de redes intermunicipais e interestaduais, promovendo maior sinergia entre os diferentes setores envolvidos no turismo (TRENTIN, 2016). No entanto, desafios relacionados à institucionalização dessas redes e à sustentabilidade financeira das iniciativas ainda persistem, impactando a efetividade das políticas públicas no setor (ENDRES, 2012).

As Instâncias de Governança Regional (IGRs), foco principal deste estudo, são mecanismos fundamentais para a gestão participativa do turismo, atuando como espaços de articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil (TIAGO; GRECHI, 2022). Elas são responsáveis por coordenar políticas, planos e programas turísticos em suas respectivas regiões, buscando garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade turística (KALAOUM; TRIGO, 2021).

A governança efetiva dessas instâncias depende da capacidade de integração dos diferentes atores e da existência de mecanismos formais de decisão e financiamento. Segundo Trentin (2016), uma governança bem estruturada facilita a resolução de conflitos e a criação de estratégias conjuntas para o desenvolvimento do turismo, promovendo maior transparência e eficácia na gestão dos destinos. Entretanto, a institucionalização dessas instâncias ainda enfrenta desafios, como a falta de legislação específica que regule sua atuação e a ausência de mecanismos de financiamento sustentáveis.

No Brasil, diversos estados e municípios adotaram as IGRs como ferramentas de gestão, mas a falta de padronização na estrutura e funcionamento dessas instâncias compromete

sua efetividade. Segundo Endres (2012), o fortalecimento das IGRs exige um planejamento estratégico de longo prazo, além de uma articulação mais eficiente entre os diferentes níveis de governo.

É nesse contexto que este estudo se insere, centrando-se na questão das Instâncias de Governança Regional (IGRs), com foco na experiência da Paraíba a partir de um recorte específico. O objeto de análise é o Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF), IGR dessa Região Turística, que envolve três municípios do litoral sul da Paraíba: Pitimbu, Conde e Caaporã. Esses municípios buscam, por meio dessa Instância, desenvolver o turismo de forma articulada e integrada.

Diante do exposto, este trabalho parte da seguinte pergunta de pesquisa: Em que medida o processo de institucionalização do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF) fortalece a governança turística dos municípios de Conde, Pitimbu e Caaporã?

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de institucionalização do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF), destacando seus desafios e perspectivas como mecanismo de governança regional para o turismo no litoral sul da Paraíba.

Para alcançar esse objetivo, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

Descrever a trajetória histórica das políticas públicas de turismo e seu legado para o fortalecimento institucional dos espaços de participação;

Mapear os marcos legais e normativos para a formalização jurídica do FORTSCF diante de limitações jurídicas ou administrativas;

Identificar os atores envolvidos no processo de institucionalização do FORTSCF e como suas relações incidem no fortalecimento desse espaço de participação.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como os processos de formalização e regulamentação das Instâncias de Governança impactam a capacidade de planejamento e gestão integrada do turismo em nível regional. Compreender os fatores que contribuem ou limitam a consolidação de espaços de participação como o FORTSCF é essencial para o aprimoramento das políticas públicas de turismo.

Esta reflexão surge, também, da vivência prática do autor junto ao Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias, acompanhando de forma direta os processos de articulação, construção normativa e institucionalização da instância. A observação contínua das reuniões, interlocuções com os diferentes atores envolvidos e participação em etapas decisivas permitiram não apenas o levantamento de informações documentais e empíricas, mas também o amadurecimento de uma percepção crítica sobre os desafios enfrentados por esse tipo de governança no contexto regional.

Neste sentido, optou-se pela abordagem metodológica relato de experiência do autor — participante ativo do processo — à análise documental e bibliográfica, permitindo uma leitura crítica e situada da realidade estudada. A coleta de dados envolveu a análise de estatuto, atas de reuniões, termos de cooperação e registros institucionais, além da observação direta das ações promovidas pelo Fórum entre os anos de 2019 e 2025. A combinação dessas abordagens, articuladas por meio da triangulação metodológica, será detalhada ao longo do capítulo de metodologia, evidenciando os caminhos adotados para alcançar os objetivos da pesquisa e sustentar a análise dos resultados., que permite ao pesquisador refletir criticamente sobre sua vivência prática no contexto estudado, articulando observações empíricas com fundamentos teóricos, conforme orienta Lakatos e Marconi (2017).

2. TECENDO TERRITÓRIOS DE GOVERNANÇA: A TRAMA DA POLÍTICA TURÍSTICA

Ao considerar o turismo como um fenômeno dinâmico, transversal e profundamente enraizado nos territórios, torna-se indispensável compreender os fundamentos que sustentam sua gestão e desenvolvimento em escala pública. Neste capítulo, busca-se explorar os elementos centrais da política pública de turismo no Brasil, com ênfase nas transformações institucionais e nos modelos de governança que moldaram sua trajetória. Para isso, serão discutidas as bases conceituais da governança turística, os processos de descentralização e regionalização promovidos pelo Estado brasileiro e os instrumentos de articulação intermunicipal e multissetorial que deram origem às Instâncias de Governança Regional (IGRs). A partir dessa análise, delinea-se o pano de fundo teórico e político que permite compreender, em profundidade, a experiência do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias

(FORTSCF) como uma instância singular de articulação territorial e construção colaborativa de políticas públicas no campo do turismo.

2.1. Governança e Gestão Pública do Turismo no Brasil: Caminhos Institucionais

A formulação de políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil remonta ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), implantado na década de 1990, em um contexto de redemocratização, fortalecimento do federalismo e consolidação da descentralização administrativa no país. Esse programa surgiu como resposta à necessidade de superar a excessiva centralização da política turística no governo federal e estadual, incorporando os municípios como protagonistas no planejamento, na promoção e na gestão do turismo em seus territórios.

Segundo Beni (2006), o PNMT representou uma virada paradigmática na gestão do turismo brasileiro ao propor uma abordagem que valorizava a autonomia municipal, a participação social e a construção de redes interinstitucionais. Ele reconhece o programa como um divisor de águas, pois introduziu o conceito de planejamento participativo e integrado, alinhado às diretrizes de desenvolvimento local sustentável.

No entanto, apesar dos avanços conceituais e metodológicos, o PNMT enfrentou limitações práticas, como a fragilidade institucional dos municípios, a escassez de recursos técnicos e financeiros, e a ausência de uma estrutura nacional de suporte à sua implementação. Durante os anos 1990, a política turística permaneceu vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o que restringia sua visibilidade e prioridade na agenda pública federal.

Antes mesmo da criação do Ministério do Turismo, o Brasil já contava com uma estrutura dedicada à promoção da atividade turística: a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, criada em 1966. A EMBRATUR foi o primeiro órgão federal exclusivamente voltado para o fomento e a promoção do turismo, principalmente no exterior, tendo papel estratégico na formulação das primeiras políticas nacionais do setor e na consolidação da imagem do Brasil como destino internacional.

Foi apenas em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), que o setor passou a contar com uma pasta específica, dotada de orçamento próprio e capacidade técnica para coordenar, estruturar e promover uma política nacional de turismo de forma mais abrangente. A criação do MTur consolidou os aprendizados do PNMT e deu origem ao Programa de

Regionalização do Turismo, que incorporou os princípios da descentralização e da governança em nível regional, abrindo caminho para a formação das Instâncias de Governança Regional (IGRs) como instrumentos-chave para o desenvolvimento integrado e participativo do turismo no Brasil.

Desde então, foram elaborados sucessivos Planos Nacionais de Turismo (PNT), que têm orientado a política pública do setor sob a coordenação do Ministério do Turismo. O primeiro, referente ao período de 2003–2007, trouxe como eixo estruturante a regionalização da atividade turística, estabelecendo diretrizes, metas e programas nacionais (BRASIL, 2003). O segundo plano, de 2007–2010, reforçou ações de qualificação e infraestrutura (BRASIL, 2007). Já o PNT 2013–2016 promoveu a inserção da atividade turística na estratégia de desenvolvimento regional e na agenda federativa (BRASIL, 2013). O plano de 2018–2022 modernizou os pilares de governança, ambiente de negócios e inovação (BRASIL, 2018), e o mais recente, PNT 2023–2027, trouxe ênfase à sustentabilidade, à inovação tecnológica e à transversalidade das ações de turismo (BRASIL, 2023). Todos esses documentos mantiveram a regionalização como diretriz de Estado, valorizando as Instâncias de Governança Regional (IGRs) como mecanismo estratégico de articulação territorial.

A Política Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT) foi oficialmente lançada em 2004, como uma das diretrizes estruturantes da atuação do recém-criado Ministério do Turismo (MTur). Essa política representou um avanço em relação ao antigo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) da década de 1990, ao deslocar o foco da gestão centrada nos municípios para uma lógica de planejamento regional cooperativo e em rede. A regionalização partiu do reconhecimento de que os fluxos turísticos transcendem as fronteiras administrativas locais e exigem integração entre municípios com identidade territorial e complementaridade de atrativos turísticos (TRENTIN, 2016).

Diferente das iniciativas anteriores, a PNRT passou a organizar o território brasileiro em Regiões Turísticas, com base em critérios técnicos definidos pelo MTur e articuladas por meio das Instâncias de Governança Regional (IGRs). Essas instâncias se consolidaram como espaços colegiados de governança, compostos por representantes do poder público, do setor privado e da sociedade civil, responsáveis pela elaboração e implementação das políticas, planos e ações do turismo regional. O desenho dessa política distingue claramente o setor privado, composto por empresas e empreendimentos turísticos com fins lucrativos, e a sociedade civil, formada por organizações não estatais e não empresariais — como associações

comunitárias, coletivos culturais, ONGs e instituições de ensino. Essa separação é fundamental para garantir pluralidade de vozes e equilíbrio na tomada de decisões, conforme preveem os princípios da governança democrática.

Como apontam Kalaoum e Trigo (2021), esse modelo de governança participativa permite a articulação de múltiplos atores e a construção de consensos, sendo essencial para que o turismo funcione como vetor de desenvolvimento territorial. A estratégia da PNRT baseia-se nos princípios da governança colaborativa e descentralizada, buscando fortalecer a participação social e o planejamento integrado. Segundo Trentin (2016), a política inaugura um modelo mais complexo e realista de gestão turística, ao reconhecer que os municípios, isoladamente, possuem limitações para promover o turismo de forma competitiva e sustentável. Nessa lógica, as IGRs funcionam como arranjos institucionais capazes de promover coesão territorial, transparência e corresponsabilidade na gestão do turismo regional.

O conceito de governança, de modo geral, refere-se à capacidade de coordenação entre múltiplos atores — Estado, setor privado e sociedade civil — para o planejamento, formulação e implementação de políticas públicas. Trata-se de um modelo de gestão que valoriza a transparência, a participação social, a eficiência e a corresponsabilidade (TIAGO; GRECHI, 2022). Segundo Rhodes (1996), um dos autores clássicos do campo, a governança deve ser compreendida como um conjunto de arranjos institucionais e interativos que substituem a hierarquia tradicional por mecanismos de negociação, redes e cooperação entre atores autônomos, mas interdependentes.

Segundo Kooiman (2003), a governança pública pode ser entendida como a forma de conduzir processos coletivos com múltiplos atores, estruturas e mecanismos, onde a coordenação é realizada de maneira descentralizada e participativa. Já Bevir (2011) reforça que a nova governança pública rompe com a lógica burocrática tradicional ao incorporar a deliberação coletiva, o envolvimento da sociedade civil e a horizontalização das decisões como elementos centrais. Tais abordagens complementam a perspectiva de Rhodes (1996), ao destacar que o Estado moderno atua mais como coordenador de redes do que como controlador hierárquico.

A governança turística, por sua vez, é uma expressão específica da governança pública, mas carrega características próprias derivadas da natureza transversal, territorial e multissetorial do turismo. Embora alguns autores tratem os conceitos de governança pública e turística de

forma integrada, é importante reconhecer que a governança no turismo envolve relações mais fluidas entre atores públicos, privados e comunitários, fortemente influenciadas pela dinâmica dos destinos e pela sazonalidade da atividade turística. Além disso, difere também da governança empresarial, ao não se orientar apenas por metas de desempenho econômico, mas por valores como inclusão social, sustentabilidade ambiental e construção territorial coletiva.

Como observam Kalaoum e Trigo (2021), a governança turística requer métodos próprios de articulação, frequentemente organizados em conselhos, fóruns e instâncias como as IGRs, sendo marcada pela necessidade de construir consensos entre diferentes interesses e escalas de poder. Tais arranjos são essenciais para integrar estratégias de desenvolvimento local com políticas públicas mais amplas, promovendo o turismo como vetor de transformação territorial.

Endres (2012), ao tratar da governança pública, ressalta que sua efetividade está ligada à existência de arranjos institucionais claros, legitimados e com capacidade de ação. Essa reflexão é válida também para a governança turística, que enfrenta limitações semelhantes, como a descontinuidade política, a ausência de normatizações específicas e a dificuldade de garantir financiamento e autonomia institucional.

Portanto, ainda que a governança turística compartilhe princípios com a governança pública em geral, ela apresenta características próprias que justificam sua análise como campo específico. Sua construção depende diretamente da mobilização dos atores locais, da cooperação intermunicipal e da existência de estruturas formais que garantam sua atuação de maneira contínua e eficaz.

2.2. A Arquitetura Regional do Turismo: IGRs e Cooperação Intermunicipal

A regionalização do turismo no Brasil constitui uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável e integrado dos destinos, conforme previsto na Política Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), instituída em 2004 pelo Ministério do Turismo (MTur). Essa política tem por objetivo organizar o território brasileiro em regiões turísticas e estimular a cooperação entre municípios vizinhos, promovendo ações coordenadas que considerem as especificidades locais e as potencialidades compartilhadas.

A constituição dessas regiões baseia-se nos princípios da gestão descentralizada, da participação social e do planejamento territorial integrado, que são os fundamentos centrais da PNRT. Nesse contexto, surgem as Instâncias de Governança Regionais (IGRs), fóruns colegiados multissetoriais voltados à articulação e à coordenação entre os principais atores do território. Conforme discutido no subtítulo anterior, o próprio Ministério do Turismo adota a classificação dos participantes da governança em três categorias principais: poder público, setor privado e sociedade civil organizada, reconhecendo a complementaridade entre esses segmentos para a efetividade das políticas públicas de turismo.

O poder público, representado por prefeituras, secretarias e instituições estatais, é responsável pela formulação, institucionalização e regulamentação das ações, bem como pela articulação com instâncias governamentais superiores e pela provisão de infraestrutura e recursos. O setor privado, composto por empresas, empreendedores e representantes do mercado turístico, colabora com sua capacidade de inovação, dinamismo econômico e visão estratégica voltada à competitividade dos destinos. Já a sociedade civil, formada por coletivos culturais, ONGs, associações comunitárias, universidades e lideranças locais, traz um olhar territorializado e socialmente comprometido, assegurando que as políticas reflitam as necessidades, identidades e valores das comunidades envolvidas.

Como argumentam Kalaoum e Trigo (2021), a governança turística só se efetiva quando há interdependência, confiança mútua e corresponsabilidade entre esses atores. As IGRs, nesse sentido, não se limitam à função deliberativa, mas operam como espaços de construção coletiva de estratégias, promovendo o desenvolvimento sustentável, a coesão territorial e a legitimidade das ações turísticas no âmbito regional.

As IGRs representam, portanto, um instrumento de institucionalização da governança turística regional. Segundo Trentin (2016), elas funcionam como estruturas intermediárias de gestão que atuam na interlocução entre as políticas nacionais e as realidades locais. Seu papel é crucial na construção de consensos, na definição de prioridades regionais e na mobilização de recursos voltados ao fortalecimento da atividade turística.

Tiago e Grechi (2022) ressaltam que as IGRs constituem espaços democráticos capazes de coordenar esforços entre diferentes esferas de governo e entre os setores público e privado, sendo essenciais para a consolidação da política de regionalização do turismo.

Entretanto, sua efetividade está condicionada à formalização jurídica, à estabilidade institucional e à capacidade de articulação de seus membros.

Além disso, conforme observam novamente Kalaoum e Trigo (2021), a atuação das IGRs contribui para superar o isolamento dos municípios na formulação de políticas públicas, ao fomentar o planejamento participativo e a integração regional. Essa lógica favorece a construção de identidades territoriais, a qualificação dos destinos e a promoção conjunta de roteiros, fortalecendo a competitividade das regiões turísticas.

A experiência de implantação e consolidação das IGRs no Brasil, no entanto, ainda enfrenta obstáculos. Endres (2012) aponta que a ausência de marcos legais uniformes, a escassez de recursos financeiros e a rotatividade nos quadros da gestão pública comprometem a continuidade e o fortalecimento dessas instâncias. Ainda assim, elas se configuram como um dos pilares da estruturação das políticas públicas de turismo baseadas na governança colaborativa.

Dessa forma, compreender o papel das Instâncias de Governança Regionais no processo de regionalização do turismo é essencial para analisar a efetividade das estratégias públicas voltadas ao desenvolvimento turístico sustentável, sobretudo em territórios que, como o litoral sul da Paraíba, buscam consolidar sua atuação por meio da cooperação intermunicipal e da formalização institucional.

2.3. Costa das Falésias: Territorialidade, Participação e Prática de Governança

A trajetória da Instância de Governança Regional (IGR) do litoral sul paraibano revela uma série de transformações em sua nomenclatura e configuração territorial ao longo dos últimos vinte anos, refletindo tanto mudanças institucionais quanto disputas simbólicas em torno da identidade regional. Em 2004, a região era referida como "Litoral", vinculada à capital João Pessoa, passando a se chamar "Região Turística do Litoral" em 2006 e retornando ao nome "Litoral" em 2009, incluindo os municípios de Cabedelo, João Pessoa, Conde e Pitimbu. A partir de 2013, inicia-se um movimento de descentralização e valorização do território sul, com a denominação "Litoral Sul", já incorporando Conde, Pitimbu, Alhandra e Caaporã. Essa lógica evolui com nomes como "Costa das Piscinas" (2016), "Trilhas dos Tabajaras" (2019) e, finalmente, "Costa das Falésias" (2022), consolidando uma identidade própria para a região

composta por Conde, Pitimbu, Alhandra e Caaporã. Essa mudança de escopo e nomenclatura demonstra a crescente busca por autonomia da região frente à hegemonia da capital, reafirmando suas especificidades culturais, naturais e econômicas. Ao se distanciar de uma centralidade metropolitana, a IGR fortalece o pertencimento local e promove uma governança mais alinhada às vocações territoriais, contribuindo para um modelo de regionalização do turismo mais justo e representativo.

Desde sua concepção, o Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF) buscou estruturar-se como uma instância participativa e representativa, com capacidade de articular os interesses dos municípios de Conde, Pitimbu e Caaporã, promovendo o planejamento integrado e sustentável da atividade turística na região.

O processo de formalização jurídica do Fórum ocorreu de forma gradual, iniciando-se com encontros articulados por representantes do poder público local, lideranças comunitárias, empresários do setor turístico e instituições de apoio técnico. A partir dessas mobilizações, foram organizadas reuniões regulares que culminaram na redação e aprovação do estatuto social do Fórum — documento que define sua natureza, objetivos, estrutura organizacional e mecanismos de deliberação coletiva.

As primeiras articulações datam de 2019, quando as reuniões foram provocadas pela interlocutora do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) na Paraíba. Na ocasião, atores da então Rota dos Tabajaras identificaram a ausência de uma identidade comum entre os municípios e sugeriram a possibilidade de formalização de um fórum regional. Durante o período pandêmico, especialmente em 2021, o grupo manteve encontros virtuais, nos quais foi aprovada a alteração do foco de atuação, assumindo como prioridade a formalização da instância de governança regional. Esse momento representou o embrião do que viria a ser o FORTSCF, com os primeiros estudos sobre estatutos e estruturação interna, ainda que tais iniciativas tenham perdido força diante das limitações impostas pela pandemia.

Em 2022, foi deliberada a alteração do nome da Instância de Governança Regional, que passou a se chamar Costa das Falésias, em substituição ao nome anterior, vinculado à Rota dos Tabajaras. A nova denominação buscou refletir uma identidade compartilhada entre os municípios do litoral sul da Paraíba, destacando as praias e falésias como elementos naturais marcantes da paisagem turística de Conde e Pitimbu. Já o município de Caaporã, embora não possua praias em sua porção urbana, identificou-se com o conceito e a paleta de tons terrosos

(terra-cota) evocados pelo nome, estabelecendo assim uma união simbólica e estratégica entre os três municípios em torno de um território com propriedade narrativa, coerência estética e alinhamento aos interesses regionais.

O processo foi retomado com maior intensidade em 2023, com o apoio do Programa Agente de Roteiros Turísticos (ART) do Sebrae. As reuniões promovidas nesse período tiveram como objetivo principal analisar a situação da IGR, alinhar as próximas etapas, estabelecer um cronograma de ações e conhecer a metodologia do programa em conjunto com os membros do Fórum. Esse novo ciclo marcou a reestruturação e o avanço concreto rumo à formalização do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF).

A fundação oficial do FORTSCF ocorreu após a realização de uma assembleia deliberativa, na qual foi aprovado o estatuto e eleita sua primeira diretoria executiva. Esse momento representou a consolidação de um marco jurídico fundamental para o reconhecimento institucional do Fórum enquanto Instância de Governança Regional (IGR) no âmbito da Política Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT).

É importante destacar que, no contexto da regionalização do turismo brasileiro, os nomes atribuídos às IGR¹s variam conforme as especificidades políticas e culturais de cada estado. Em algumas unidades federativas, utiliza-se a designação "polo turístico", como no caso do Rio Grande do Norte; em outras, são adotados termos como "circuito", "região" ou "rota", a depender da estratégia territorial ou da tradição institucional local. Na Paraíba, no entanto, consolidou-se o uso do termo "Fórum" como nomenclatura principal das IGRs, especialmente nas regiões que evoluíram de experiências participativas prévias ou articulações multissetoriais de base local.

Diferentemente de fóruns convencionais voltados ao debate público ou à consulta pontual, o FORTSCF constitui-se como uma verdadeira Instância de Governança Regional (IGR), formalizada juridicamente, com diretoria executiva, conselho fiscal, estatuto e plano de ação. Sua atuação ultrapassa o caráter consultivo e assume papel deliberativo, integrador e estratégico no desenvolvimento do turismo regional.

¹ As nomenclaturas das Instâncias de Governança Regional (IGRs) variam entre os estados brasileiros. Alguns utilizam "polo turístico" (como o RN), outros preferem "região turística", "circuito" ou "rota". Na Paraíba, o termo "fórum" foi adotado, refletindo experiências de articulação multissetorial com base em processos participativos locais, embora todos se refiram às IGRs no âmbito da Política Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT).

Nesse sentido, o termo “Fórum” adotado pelo FORTSCF foge da concepção mais abstrata e conceitual de fórum como mero espaço de debate, passando a designar uma estrutura organizacional concreta e formalizada, com estatuto, diretoria executiva, conselho fiscal e prerrogativas institucionais claras. Trata-se, portanto, de uma adaptação terminológica própria da Paraíba, alinhada às diretrizes da PNRT, mas com identidade territorial e formato jurídico compatíveis com a realidade regional.

Essa formalização foi confirmada na segunda assembleia ordinária, realizada no dia 16 de outubro de 2023, no auditório do Espaço Recanto de Lourdes, na cidade de Pitimbu-PB. A reunião contou com a presença de representantes dos três municípios envolvidos (Conde, Pitimbu e Caaporã), bem como do Sebrae e de empreendimentos locais, marcando um avanço na institucionalização da governança turística regional. Na ocasião, além da aprovação oficial do Estatuto, foram eleitos os membros da diretoria executiva — composta por representantes do poder público e da iniciativa privada — e constituído o Conselho Fiscal. Também foram deliberados o calendário de reuniões e as próximas ações estratégicas, incluindo a formatação de grupos de trabalho destinados a contribuir diretamente com setores que precisavam ser estruturados, como comunicação e políticas públicas, além das iniciativas conjuntas no âmbito do turismo sustentável.

A Figura 02 apresenta uma montagem com registros fotográficos de seis diferentes reuniões ordinárias realizadas pelo FORTSCF entre 2023 e 2024, destacando a diversidade de espaços e a participação ativa dos atores envolvidos ao longo do processo de formalização e fortalecimento da instância.

Figura 02 – Montagem Fotográfica das reuniões ordinárias do FORTSCF.



Fonte: Acervo do FORTSCF e Montagem do Autor, 2025.

Além da formalização documental, o Fórum passou a desenvolver uma agenda ativa de reuniões ordinárias e extraordinárias, com a participação de atores-chave da região. Nessas reuniões, foram discutidas e encaminhadas ações prioritárias para o fortalecimento do turismo regional, como a construção do roteiro turístico "Raízes da Cultura", o mapeamento de atrativos naturais e culturais, e a interlocução com órgãos estaduais e federais para captação de recursos e promoção dos destinos locais.

A atuação do FORTSCF se destaca justamente por sua capacidade de mobilizar diferentes setores e unir forças em torno de um projeto comum de desenvolvimento territorial sustentável, articulando poder público, iniciativa privada, empreendimentos locais e sociedade civil organizada. Essa convergência fortalece o sentimento de pertencimento e engajamento, promovendo uma governança mais coesa e sensível às realidades locais. Um dos principais diferenciais do Fórum está na valorização dos ativos já existentes nos municípios, como os festivais regionais tradicionais: o Festival da Lagosta em Pitimbu, o Festival do Caranguejo em Caaporã e o Festival do Inhame no Conde. Esses eventos, que integram a cultura alimentar, a

economia criativa e o turismo de vivência, vêm sendo reconhecidos como instrumentos estratégicos de promoção do destino e dinamização da economia local.

Como forma de integração e reconhecimento mútuo entre os participantes do Fórum, foi promovido um *Famtur*² exclusivo com os membros da instância de governança, permitindo que cada um conhecesse os empreendimentos, atrativos e experiências turísticas da região. Essa ação gerou uma sinergia especial no grupo, fortalecendo o vínculo entre os atores e incentivando a recomendação cruzada entre os empreendimentos, ampliando a rede de promoção e confiança mútua no território.

Nesse contexto, o Fórum atua também na formulação de alternativas para reduzir os efeitos da sazonalidade, incentivando a criação de produtos turísticos para a baixa temporada, como circuitos gastronômicos, festivais de artes integradas, ações de turismo de base comunitária e capacitações para agentes do setor. Através de suas comissões técnicas e do diálogo permanente com parceiros como o Sebrae e a PBTur, o FORTSCF busca consolidar uma agenda turística contínua, inovadora e conectada aos valores identitários do território, garantindo que o turismo seja, de fato, um vetor de desenvolvimento regional sustentável.

Essas ações refletem a capacidade do FORTSCF de atuar como espaço de articulação multissetorial e de planejamento estratégico, reafirmando seu papel como instância legítima e estruturada de governança turística regional. A formalização do Fórum, portanto, não apenas conferiu segurança jurídica às suas ações, como também fortaleceu sua inserção nos instrumentos de política pública e nos circuitos institucionais de apoio ao desenvolvimento do turismo.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e natureza exploratória, por buscar compreender o processo de institucionalização do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF) e sua influência no fortalecimento da governança turística

² *Famtour* é a abreviação de *familiarization tour*, expressão usada no turismo para designar ações promocionais que têm por objetivo apresentar destinos, roteiros ou empreendimentos a profissionais do setor (como agentes de viagem, operadores ou influenciadores), por meio de visitas técnicas organizadas com foco em experiência, capacitação e divulgação qualificada.

regional. Segundo Minayo (2012), a abordagem qualitativa é apropriada quando se pretende interpretar os sentidos atribuídos pelos sujeitos a fenômenos sociais complexos, valorizando o contexto e a experiência vivida. A natureza exploratória, por sua vez, permite uma aproximação inicial com o objeto de estudo, favorecendo a formulação de hipóteses e o aprofundamento em campos ainda pouco investigados, como observam Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2003).

A metodologia combina três estratégias principais: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e relato de experiência. A pesquisa documental, conforme define Cellard (2008), consiste na análise de documentos institucionais ou administrativos com valor histórico ou normativo, relevantes para compreender a trajetória e os marcos formais do objeto investigado. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se na leitura crítica da produção científica sobre o tema, funcionando como base teórica para a análise dos dados (GIL, 2008).

O relato de experiência, como metodologia aplicada, justifica-se pela atuação direta do pesquisador no processo de construção e gestão do FORTSCF, o que possibilitou uma análise reflexiva e situada. Segundo Lakatos e Marconi (2017), esse método permite a aproximação crítica entre teoria e prática; Oliveira (2006), por sua vez, reconhece-o como um recurso legítimo para a produção de conhecimento a partir da vivência direta em contextos específicos. A postura metodológica do pesquisador é marcada pelo envolvimento ativo, atuando como membro da assembleia representando a Secretaria de Turismo de Conde, exercendo a função de assessor técnico, e tendo sido eleito secretário da diretoria executiva do FORTSCF, além de responsável pelo acervo documental e administrativo do Fórum. Essa inserção permitiu articulações entre prefeituras, acesso a documentos estratégicos e observação direta das práticas institucionais, qualificando a análise com densidade empírica e profundidade interpretativa.

Conforme argumentam Nascimento e Menezes (2017), essa abordagem exige uma postura de reflexividade metodológica, ou seja, de consciência crítica sobre a influência do pesquisador na produção do conhecimento. Nesse sentido, o relato de experiência adotado neste estudo não pretende ser neutro, mas engajado, contextualizado e comprometido com a transformação institucional do território, em sintonia com os princípios das Ciências Sociais Aplicadas, que valorizam a integração entre teoria e prática.

A pesquisa documental abrangeu a análise de atas de reuniões, estatuto social, regimento interno, leis de cooperação institucional, termos de parceria, registros de ações realizadas e materiais de divulgação produzidos pelo Fórum e pelas prefeituras municipais

envolvidas. Complementarmente, a pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem governança pública e turística, regionalização do turismo e instâncias de participação democrática.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2019 a 2025, abrangendo desde as primeiras articulações para a criação do Fórum até sua consolidação como Instância de Governança Regional (IGR) formalmente reconhecida. Nesse intervalo, foram observados momentos-chave, como reuniões estratégicas, elaboração de documentos normativos, eleição de diretoria e desenvolvimento de ações articuladas entre os municípios.

As observações realizadas concentraram-se na atuação dos diversos atores envolvidos, incluindo representantes do poder público municipal, empreendedores locais, lideranças comunitárias, técnicos de apoio institucional e membros da sociedade civil. A partir dessas interações, foi possível descrever ações concretas promovidas pelo FORTSCF, como a criação do roteiro turístico “Raízes da Cultura”, o mapeamento de atrativos locais e a realização de eventos participativos voltados ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

A análise dos dados baseou-se em categorias derivadas dos objetivos específicos da pesquisa, como a trajetória histórica das políticas públicas de turismo, os marcos legais da formalização do FORTSCF e a articulação institucional entre os atores envolvidos. A triangulação entre as abordagens metodológicas utilizadas — documental, bibliográfica e relato de experiência — reforça a validade dos achados, permitindo o cruzamento entre diferentes perspectivas e fontes de evidência. Essa estratégia metodológica é recomendada em estudos qualitativos aplicados às Ciências Sociais, sobretudo quando se pretende compreender fenômenos institucionais complexos a partir de múltiplas dimensões (YIN, 2016).

Assim, a metodologia adotada favorece uma leitura crítica e integrada do processo de institucionalização do Fórum Costa das Falésias, considerando tanto sua dimensão normativa quanto os desdobramentos práticos observados na governança turística regional.

4. DINÂMICAS DE CONSOLIDAÇÃO DO FORTSCF: ESTRUTURA, PARTICIPAÇÃO E ENTREGAS

A formalização do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF) representa um avanço significativo no fortalecimento da governança turística no

litoral sul da Paraíba. Esse processo foi consolidado a partir de uma série de marcos jurídicos e institucionais que conferem legitimidade e estabilidade à Instância de Governança Regional (IGR), além de estabelecer mecanismos de cooperação e financiamento entre os municípios envolvidos. Esses instrumentos incluem o estatuto social, os termos de cooperação técnica e as leis municipais específicas, que formalizam o vínculo entre o Fórum e as prefeituras consorciadas. O Quadro 01 apresenta uma sistematização desses documentos, detalhando seus conteúdos e anos de aprovação, permitindo uma visão abrangente do processo de legalização da instância.

Quadro 01 - Documentos Jurídicos de Reconhecimento e Consolidação do FORTSCF

DOCUMENTO	TIPO	MUNICÍPIO	ANO	CONTEÚDO PRINCIPAL
Estatuto do FORTSCF	Documento Normativo	Regional	2023	Define objetivos, estrutura, eleições
Minuta do Termo de Cooperação	Acordo Técnico	Conde, Pitimbu e Caaporã	2024	Cooperação para governança turística
Lei Municipal N° 607/2024	Lei Ordinária	Pitimbu	2024	Reconhecimento da IGR como instância oficial e formaliza a parceria.
Lei Municipal N.º 911/2024	Lei Ordinária	Caaporã	2024	Formaliza vínculo institucional com o Fórum
Lei Municipal N° 1284/2025	Lei Ordinária	Conde	2025	Formaliza vínculo institucional com o Fórum
Atas das reuniões	Documento	Regional	2023 - 2024	Registro das decisões e discussões em assembleias

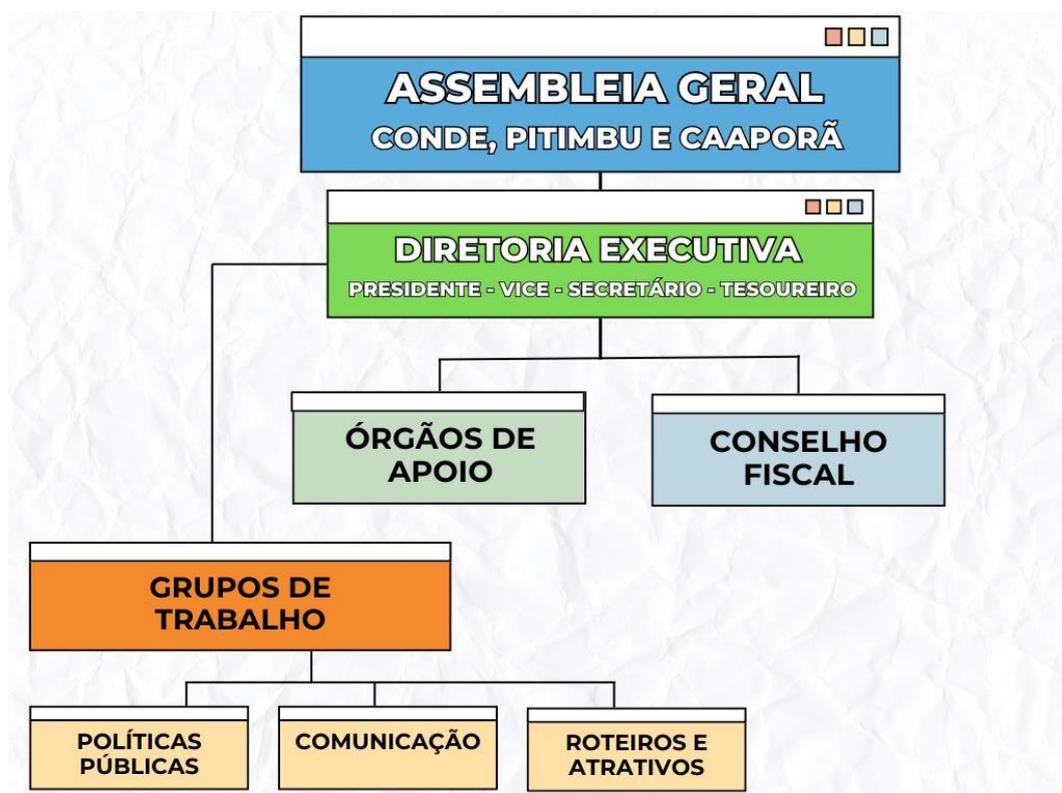
Fonte: Elaborado pelo autor com base em documentos institucionais do FORTSCF.

A aprovação do estatuto social representou um marco definitivo na consolidação do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias como uma instância formal de governança regional. Com a definição clara de seus objetivos, estrutura organizacional, critérios de participação e mecanismos de deliberação, o FORTSCF passou a dispor de instrumentos jurídicos que conferem legitimidade e autonomia institucional às suas ações. A partir da formalização, o Fórum pôde avançar em aspectos operacionais fundamentais, como a abertura de conta bancária própria, viabilizando a gestão transparente de recursos financeiros. Essa conquista permitiu, ainda, que o FORTSCF se tornasse apto a firmar convênios, termos de cooperação e parcerias institucionais com entes públicos e privados, fortalecendo sua capacidade de execução de projetos, captação de recursos e atuação em rede com outras esferas de governança. Trata-se, portanto, de um passo decisivo para a autonomia funcional e sustentabilidade da instância, conferindo ao Fórum não apenas reconhecimento legal, mas também condições práticas para a implementação de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo regional.

O primeiro marco importante foi a elaboração e aprovação do Estatuto do FORTSCF, que define a natureza jurídica, os objetivos, a estrutura organizacional e as competências da entidade. O estatuto institucionaliza a participação de representantes do poder público, setor privado e sociedade civil, além de estabelecer as regras para o funcionamento das assembleias, eleição de diretoria, criação de comissões temáticas e definição de critérios de adesão e desligamento de membros. A existência deste documento formal fortalece a segurança jurídica da instância, sendo condição essencial para sua articulação com políticas públicas estaduais e nacionais.

A Figura 03 a seguir ilustra o desenho institucional do FORTSCF, representado por meio de um fluxograma que destaca a estrutura organizativa da instância, com a Assembleia Geral no topo do processo deliberativo, a Diretoria Executiva com seus respectivos cargos (Presidência, Vice-presidência, Secretaria e Tesouraria), os órgãos de apoio e os Grupos de Trabalho, como os de Políticas Públicas, Comunicação e Roteiros do território, responsáveis por ações estruturantes da governança regional.

Figura 03 - Fluxograma FORTSCF

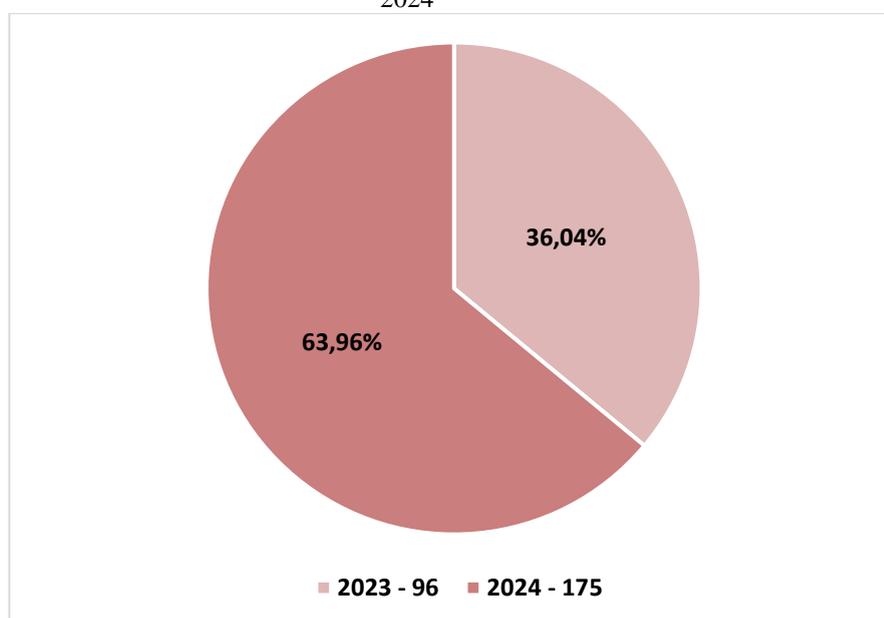


Fonte: Elaborado pelo autor 2025

Para fins desta pesquisa, foi realizado um recorte analítico a partir de dez atas de reuniões do FORTSCF, compreendendo cinco encontros realizados em 2023 e cinco em 2024. Embora o recorte temporal geral da pesquisa abranja o período de 2019 a 2025, as atas analisadas referem-se especificamente aos anos de 2023 e 2024 por serem os documentos formalmente catalogados e sistematizados. Nos anos anteriores, especialmente entre 2020 e 2022, as reuniões do Fórum ocorriam predominantemente em formato online, com a troca de informações feita por meio de aplicativos de mensagens, sem sistematização adequada em forma de ata ou arquivo institucional, o que inviabilizou sua análise comparativa.

As reuniões analisadas representam momentos-chave na trajetória de institucionalização e operação da instância de governança, abrangendo desde deliberações iniciais sobre o estatuto até o planejamento de ações estratégicas conjuntas. A análise das listas de presença anexadas às atas permitiu identificar a participação de 271 pessoas ao longo do período, sendo 96 participantes registrados nas reuniões de 2023 (36,04% do total) e 175 em 2024 (63,96%), conforme demonstrado no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Distribuição percentual e absoluta dos participantes das reuniões do FORTSCF nos anos de 2023 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor 2025

Esses dados evidenciam um crescimento expressivo no engajamento dos atores locais, o que reflete não apenas a ampliação da legitimidade do Fórum, mas também sua consolidação como espaço efetivo de governança turística regional.

Outro ponto fundamental na formalização do FORTSCF foi a celebração de Termos de Cooperação Técnica entre os municípios de Conde, Pitimbu e Caaporã. Esses acordos

estabeleceram compromissos mútuos para apoio técnico, institucional e, em alguns casos, financeiro às atividades do Fórum. A formalização das parcerias entre as prefeituras e o FORTSCF foi posteriormente ratificada por meio de Leis Municipais específicas, aprovadas nas câmaras legislativas locais, consolidando o reconhecimento oficial da instância enquanto órgão de governança regional.

Um dos aspectos mais relevantes desses instrumentos foi a previsão da transferência mensal de recursos financeiros por parte dos municípios consorciados: cada um dos três municípios destina R\$ 1.000,00 mensais ao Fórum, totalizando R\$ 3.000,00 por mês. Esses valores são fundamentais para custear despesas como serviços contábeis, manutenção administrativa e apoio operacional, assegurando condições mínimas de funcionamento da instância. A garantia de aporte financeiro contínuo por meio de recursos públicos municipais reforça a sustentabilidade da governança e assegura maior autonomia ao FORTSCF no cumprimento de suas funções institucionais.

A Figura 04 a seguir apresenta os trechos das publicações oficiais nos Diários dos Municípios, nos quais constam os extratos dos Termos de Cooperação Técnica firmados entre o FORTSCF e os três municípios consorciados, servindo como comprovação pública da institucionalização jurídica da instância.

Figura 04 – Publicação dos Termos de Cooperação Técnica entre o FORTSCF e os municípios consorciados nos Diários Oficiais

The figure displays three official municipal diaries. The first is from Pitimbu (2024), the second from Caaporã (2024), and the third from Conde (2025). Each page shows a header with the municipality's name and logo, followed by a title for the publication. The Pitimbu diary includes sections for 'ESTADO DA PARAÍBA' and 'MUNICÍPIO DE PITIMBU'. The Caaporã diary is titled 'LEI Nº 911/2024' and 'GABINETE DO PREFEITO'. The Conde diary is titled 'DIÁRIO OFICIAL' and 'MUNICÍPIO DE CONDE'. The text within these diaries details cooperative agreements and administrative decisions related to the FORTSCF.

Fonte: Diários Oficiais dos Municípios de Conde, Pitimbu e Caaporã, edições de 2024 e 2025. Capturas de tela organizadas pelo autor. 2025

A análise da participação por município e por setor nas reuniões do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF) permite identificar padrões relevantes de envolvimento institucional e social, que ajudam a compreender como a governança turística regional vem se configurando na prática. Para isso, foi elaborado o Quadro 02, que sistematiza os dados levantados a partir das listas de presença de dez reuniões realizadas entre 2023 e 2024. O quadro apresenta a distribuição dos participantes segundo seus respectivos municípios e segmentos de atuação — setor público, setor privado e organizações sociais — permitindo uma visualização clara das diferentes intensidades de participação e das contribuições de cada território e setor à consolidação do FORTSCF.

Quadro 02 – Participação por Município e Setor nas Reuniões do FORTSCF (2023–2024)

MUNICÍPIO	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	ORG. SOCIAL	TOTAL
Conde	25 (9.23%)	95 (35.06%)	26 (9.59%)	146 (53.87%)
Pitimbu	35 (12.92%)	47 (17.34%)	0 (0.0%)	82 (30.26%)
Caaporã	11 (4.06%)	6 (2.21%)	2 (0.74%)	19 (7.01%)
João Pessoa	1 (0.37%)	23 (8.49%)	0 (0.0%)	24 (8.86%)
Total Geral	72 (26.57%)	171 (63.1%)	28 (10.33%)	271 (100.0%)

Fonte: Elaborado pelo autor. 2025

A análise da participação por município e setor revela importantes tendências de mobilização e engajamento institucional no âmbito do FORTSCF. Destaca-se o município de Conde, que apresentou a maior adesão geral com 146 participantes, o que corresponde a 53,87% do total. Esse protagonismo é impulsionado principalmente pelo setor privado (95 participações – 35,06%), seguido pelo setor público (25 – 9,23%) e organizações sociais (26 – 9,59%). Essa composição evidencia uma sólida articulação entre empreendedores locais, poder público e sociedade civil, reforçando o papel de Conde como polo tradicional do turismo regional.

O município de Pitimbu, com 82 participações (30,26%), também demonstra forte presença, com destaque no setor público, onde registrou 35 participações (12,92%), sendo o maior número entre os três municípios consorciados nesse segmento. No setor privado, Pitimbu apresentou 47 participações (17,34%), ficando atrás do município de Conde, que lidera essa

categoria. Essa composição evidencia o protagonismo da gestão pública municipal de Pitimbu na instância de governança, embora ainda haja espaço para ampliar a mobilização de atores do setor produtivo local.

Por outro lado, Caaporã apresenta uma participação mais tímida, com apenas 19 registros (7,01%), sendo 11 do setor público (4,06%), 6 do setor privado (2,21%) e 2 de organizações sociais (0,74%). Esse cenário revela um engajamento ainda incipiente, o que pode ser atribuído à ausência de atrativos naturais explorados e de roteiros turísticos formalizados no município. Tal limitação compromete sua visibilidade e capacidade de mobilização no contexto regional. Entretanto, o FORTSCF tem se configurado como uma ferramenta estratégica para reverter esse quadro, ao fomentar a criação de roteiros integrados, vivências e capacitações que possam inserir Caaporã na dinâmica turística da Costa das Falésias.

O levantamento ainda aponta a participação de representantes de João Pessoa e outros municípios, evidenciando o interesse regional ampliado pelas ações articuladas na instância de governança. No caso de João Pessoa, destaca-se especialmente a atuação do Sebrae-PB, que tem desempenhado um papel central no apoio técnico e na mobilização dos atores envolvidos. Esse apoio se materializa, sobretudo, através da Agência Regional Sul, estrutura criada justamente para atender às especificidades e demandas do litoral sul da Paraíba. A presença constante da equipe técnica da Agência Sul nas reuniões do Fórum fortalece o elo entre território, instituições de fomento e governança participativa.

Nesse contexto, ganha relevância a inserção do Programa ART – Agentes de Roteiros Turísticos, iniciativa do Sebrae que identificou no FORTSCF um espaço estratégico para impulsionar ações voltadas ao fortalecimento do turismo regional. A atuação do programa não apenas contribuiu para qualificar os empreendimentos locais, como também foi fundamental para a estruturação do próprio Fórum, consolidando-se como um ator-chave na construção e no desenvolvimento da governança regional de turismo.

As evidências empíricas reunidas ao longo da formalização e atuação do FORTSCF confirmam a importância das Instâncias de Governança Regional (IGRs) como instrumentos concretos de articulação territorial, conforme já argumentado por autores como Tiago e Grechi (2022), que defendem as IGRs como espaços democráticos fundamentais à coordenação de esforços entre diferentes setores. O Fórum da Costa das Falésias, ao institucionalizar sua estrutura e operacionalizar ações coordenadas entre poder público, setor privado e sociedade civil, materializa essa concepção de governança colaborativa e multissetorial.

Conforme observado por Trentin (2016), uma das fragilidades comuns das IGRs está na ausência de financiamento contínuo e institucionalização formal, barreiras que o FORTSCF conseguiu superar ao aprovar seu estatuto, abrir conta bancária própria e firmar Termos de Cooperação Técnica com previsão de transferência de recursos públicos. Essa consolidação jurídica e financeira reforça os argumentos de Endres (2012) sobre a necessidade de planejamento estratégico e articulação entre os níveis de governo como condição para o fortalecimento das IGRs.

Além disso, a atuação do Fórum na promoção de ações integradas, como a criação do roteiro turístico “Raízes da Cultura”, a participação em eventos nacionais e a articulação com o Sebrae por meio do Programa ART, reafirma o papel da governança turística como mediadora entre as dinâmicas locais e as políticas públicas nacionais, como destacam Kalaoum e Trigo (2021). A valorização dos saberes locais, o fortalecimento de redes intermunicipais e a criação de instrumentos simbólicos e operacionais — como a identidade visual institucional do Fórum, sua presença digital e os materiais de divulgação produzidos — apontam para um modelo de governança orientado por princípios de corresponsabilidade, transparência e participação efetiva.

A Figura 5, a seguir, apresenta uma montagem com as peças gráficas produzidas pelo Fórum, ilustrando como esses elementos contribuem para o fortalecimento da imagem institucional, a visibilidade externa e o engajamento comunitário com os objetivos da governança regional.

Figura 5 – Identidade visual do FORTSCF: do material de divulgação.



Fonte: Acervo FORTSCF (2025).

Destacando-se a construção coletiva do Roteiro "Raízes da Cultura", uma proposta de turismo imersivo que conecta os visitantes às raízes históricas, culturais e naturais do território.

O roteiro é fruto da articulação entre atores locais, técnicos, comunidades e instituições, com o propósito de promover experiências autênticas baseadas na valorização da identidade e da diversidade regional. No caso do município de Conde, contribuí diretamente com a curadoria dos atrativos integrados ao roteiro, buscando destacar iniciativas com forte protagonismo comunitário, sensibilidade territorial e impacto socioeconômico.

Dentre os exemplos dessa curadoria, está o projeto Mulheres Negras do Campo, uma rede de mulheres organizadas sob os princípios da economia solidária, que produzem pães, bolos e salgados a partir de raízes cultivadas na própria região — como a macaxeira, o inhame e a batata-doce — adquiridas de pequenos produtores da agricultura familiar. Esses alimentos são oferecidos em cafés comunitários, acompanhados de vivências sobre a história local e a luta por terra, transformando a refeição em um ato de resistência e celebração das tradições.

Também em Conde, o Shopping Rural Doces Tambaba desponta como um ponto emblemático do roteiro. O espaço, composto por casas de taipa em um ambiente rústico e aberto, foi fundado por duas mulheres analfabetas que, com coragem e criatividade, consolidaram o local como um polo turístico de referência, atraindo milhares de visitantes em busca de doces artesanais e da autenticidade do modo de vida local.

O percurso se expande ao Museu Quilombola do Ipiranga com a Mestra Ana Rodrigues, no Quilombo Ipiranga, onde a mestra compartilha o saber ancestral do coco de roda, do artesanato em biojoias e da resistência cultural afro-brasileira. A Aldeia Tabajara Vitória também compõe o roteiro, proporcionando uma vivência com os povos originários da região, valorizando sua história, espiritualidade e relação com o território.

Por fim, destaca-se o Mirante Castelinho da Princesa, um ponto panorâmico singular de onde se observa a voçoroca, formação geológica resultante da erosão provocada pelas chuvas e pela ação do mar, criando uma paisagem impactante que se tornou símbolo do território, sendo constantemente registrada em fotografias de visitantes e artistas.

O “Raízes da Cultura” ultrapassa a lógica convencional de roteiro turístico: é uma narrativa viva, tecida a muitas mãos, que transforma o turismo em instrumento de fortalecimento das economias locais, de preservação das memórias e de pertencimento regional.

Ao articular os dados das reuniões, a composição dos participantes e as conquistas alcançadas, verifica-se que o FORTSCF caminha na direção de uma governança turística

efetiva, com potencial de se tornar referência para outras regiões em processo de estruturação. Sua experiência corrobora o argumento de que instâncias como os fóruns e conselhos, quando dotadas de legitimidade, capacidade institucional e financiamento adequado, podem superar os limites estruturais apontados na literatura e viabilizar políticas públicas mais territorializadas e participativas. Nesse sentido, destaca-se o convite feito ao FORTSCF para participar da III Assembleia Geral do Fórum Regional de Turismo e Cultura do Cariri Paraibano, realizada em 11 de abril de 2025 na cidade de Serra Branca, com a presença de 21 municípios e cerca de 90 participantes. O reconhecimento em eventos como este reforça a visibilidade e a credibilidade do FORTSCF no cenário estadual da governança turística.

A distribuição das reuniões do FORTSCF entre os municípios consorciados revela o protagonismo de Conde, que sediou seis dos dez encontros realizados entre 2023 e 2024, reafirmando sua posição como destino turístico consolidado na região. Pitimbu acolheu três reuniões, evidenciando também sua mobilização em torno de eventos culturais e gastronômicos. Caaporã, com uma única reunião realizada, apresentou participação mais discreta, mas o encontro sediado no SENAI local representou um avanço importante em sua integração à governança regional.

A atuação do FORTSCF como Instância de Governança Regional (IGR) também se evidencia nas entregas e conquistas concretas realizadas ao longo de sua trajetória. Entre os destaques está a construção coletiva do roteiro turístico “Raízes da Cultura”, que valoriza as identidades e saberes locais, integrando atrativos dos três municípios consorciados. Soma-se a esse avanço o levantamento de atrativos turísticos, a realização de oficinas participativas com atores locais, e o contínuo diálogo com o Governo do Estado da Paraíba e com o Ministério do Turismo, permitindo maior visibilidade institucional e acesso às políticas públicas de regionalização do turismo.

Outra importante entrega foi a criação da identidade visual do Fórum, incluindo marca, manual de aplicação, redes sociais e comunicação institucional, fortalecendo a presença e a representação pública da instância nos diversos espaços de atuação. A consolidação simbólica e política do FORTSCF culminou no evento de lançamento oficial do Fórum, realizado no auditório da Pousada Aruanã, em Conde, reunindo um público de mais de 150 participantes. Estiveram presentes autoridades estaduais, como o Vice-Governador da Paraíba e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, além de empresários dos três municípios, imprensa estadual, lideranças comunitárias e representantes de instituições parceiras como

Sebrae e PBtur. O evento representou não apenas a oficialização pública do Fórum, mas também o reconhecimento de sua importância para a política de regionalização do turismo na Paraíba. A Figura 06 apresenta o registro fotográfico do lançamento, simbolizando o início oficial das atividades públicas do FORTSCF.

Figura 06 – Registro fotográfico do evento de lançamento oficial do FORTSCF na Pousada Aruanã



Fonte: Acervo do FORTSCF (2024).

A trajetória do FORTSCF como instância de governança regional tem sido marcada por avanços significativos, que extrapolam as fronteiras locais e alcançam reconhecimento em esferas nacionais. Um exemplo notável desse reconhecimento ocorreu em dezembro de 2024, quando o roteiro turístico “Costa das Falésias” foi apresentado como um dos cases de sucesso no Encontro Nacional do Programa Agentes de Roteiros Turísticos (ART), promovido pelo Sebrae Nacional em Brasília. Durante o evento, o agente de roteiros turísticos Danylo Aguiar destacou o impacto positivo do roteiro no desenvolvimento turístico do Litoral Sul da Paraíba, fruto da parceria entre o Fórum de Turismo Costa das Falésias e a Agência Sebrae Sul. (MACÊDO, 2024)

Esse reconhecimento nacional reforça a posição do FORTSCF como uma referência em governança turística sustentável, evidenciando a eficácia de suas estratégias de articulação intermunicipal, participação social e desenvolvimento de roteiros integrados. A visibilidade

alcançada pelo Fórum em eventos de grande relevância no cenário turístico brasileiro não apenas valida suas práticas, mas também inspira outras regiões a adotarem modelos semelhantes de organização e cooperação para o fortalecimento do turismo regional.

O reconhecimento da experiência do Fórum também se consolidou por meio de convites para apresentação em outros espaços de governança e redes de turismo, onde o FORTSCF compartilhou seu modelo de formalização, estratégias de articulação e os Termos de Cooperação Técnica celebrados com os municípios, servindo de referência para outras regiões em processo de estruturação. Ainda, integrantes do Fórum participaram de capacitações em eventos estaduais de turismo, especialmente voltadas para agentes de viagens e promoção dos destinos, fortalecendo a qualificação técnica dos envolvidos e ampliando as possibilidades de inserção competitiva da Costa das Falésias no mercado turístico regional e nacional.

5. CONCLUSÕES

A experiência analisada ao longo deste trabalho evidencia como a governança turística pode ser efetivamente construída por meio de iniciativas regionais articuladas, como é o caso do Fórum Regional de Turismo Sustentável Costa das Falésias (FORTSCF). O percurso de institucionalização do Fórum, marcado por marcos legais, fortalecimento político e engajamento multissetorial, demonstra que é possível estruturar uma instância legítima de governança turística mesmo diante de limitações técnicas e administrativas.

A trajetória documentada revela avanços importantes em relação aos elementos fundamentais da governança: a formalização jurídica com estatuto e diretoria eleita; os acordos interinstitucionais via termos de cooperação com prefeituras; e o repasse de recursos financeiros mensais que asseguram a operacionalidade do Fórum. A análise das atas, documentos e atividades desenvolvidas permite reconhecer o Fórum como um espaço efetivo de participação, planejamento e execução de ações voltadas ao desenvolvimento turístico sustentável.

Mais do que uma instância deliberativa, o FORTSCF se consolidou como um espaço concreto de articulação institucional, política e territorial. A conquista da personalidade jurídica não representou apenas um marco burocrático, mas o início de uma nova etapa em que o Fórum passou a operar de forma autônoma, com capacidade para captar recursos, gerir seu próprio orçamento e formalizar parcerias estratégicas com entes públicos e privados. Essa estruturação

jurídica fortaleceu o sentimento de pertencimento entre os participantes, que passaram a visualizar o Fórum não apenas como um espaço de debate, mas como uma entidade viva, com capacidade real de transformar o território. A construção de uma governança funcional, sustentada por ações concretas, permitiu alinhar os diferentes atores — setor público, privado e sociedade civil — em torno de objetivos comuns e de uma visão compartilhada de futuro. A experiência do FORTSCF mostra que quando há institucionalidade, alinhamento político e operacional, e clareza na missão, os territórios se organizam, se reconhecem e se mobilizam de forma duradoura.

Entre os resultados concretos observados, destacam-se a criação do roteiro “Raízes da Cultura”, a realização de famtours¹, oficinas participativas, capacitações técnicas, ações em feiras nacionais e a estruturação da marca institucional. O envolvimento ativo de parceiros como o Sebrae-PB, por meio do Programa ART, também contribuiu decisivamente para o amadurecimento do FORTSCF como instância de referência. A realização do evento de lançamento oficial do Fórum, com mais de 150 participantes, incluindo autoridades estaduais e representantes do trade turístico, consolidou sua legitimidade pública e política.

Esse reconhecimento se estendeu ao plano nacional, com a apresentação do roteiro Costa das Falésias no Encontro Nacional do Programa Agentes de Roteiros Turísticos (ART) em Brasília, como um dos exemplos de boas práticas em turismo regional (MACÊDO, 2024). Tais ações reforçam a percepção de que o Fórum se consolidou como uma referência institucional e metodológica em governança turística no Brasil.

A pesquisa contribui, assim, com a sistematização de uma experiência concreta de governança colaborativa, capaz de inspirar outras regiões turísticas em processo de organização. Evidencia-se que a construção de instâncias como o FORTSCF requer vontade política, articulação interinstitucional, planejamento participativo e compromisso com a continuidade.

Como recomendação, destaca-se a importância de políticas públicas que valorizem e apoiem a manutenção das IGRs com base em critérios de desempenho, inclusão e inovação. Além disso, reforça-se a necessidade de registrar e divulgar boas práticas, como a aqui apresentada, de modo a alimentar redes de cooperação e fomentar o protagonismo dos territórios no planejamento turístico regional.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a análise sobre os mecanismos de inovação implementados nas ações do FORTSCF, especialmente no uso de tecnologias,

comunicação digital e estruturação de roteiros inteligentes. Além disso, seria relevante investigar a efetividade dos convênios e parcerias celebradas pelo Fórum com instituições públicas e privadas, avaliando seus impactos diretos na qualificação dos serviços turísticos e na geração de novas oportunidades econômicas para os municípios consorciados. Estudos voltados à percepção da comunidade local sobre a atuação do Fórum e sua capacidade de promover inclusão social e valorização cultural também podem enriquecer o campo de conhecimento sobre governança turística regional.

Adicionalmente, destaca-se o potencial de investigação sobre o turismo solidário, tomando como base as iniciativas já desenvolvidas no território, como aquelas que envolvem a agricultura familiar, o artesanato e os empreendimentos liderados por mulheres. Tais experiências podem revelar caminhos para uma transformação social mais ampla, orientada pela economia colaborativa e pela valorização das práticas culturais locais no contexto da regionalização do turismo.

Por fim, como pesquisador-participante e atual secretário da diretoria executiva do FORTSCF, testemunho que o Fórum reacendeu no setor privado o espírito coletivo e o trabalho em equipe, antes adormecidos por frustrações acumuladas de iniciativas que não prosperaram. Com as entregas realizadas nos últimos anos, o Fórum tem conquistado novos membros com entusiasmo e ideias inovadoras para contribuir com o desenvolvimento turístico da região. O retorno positivo daqueles que atuam no setor há décadas – muitos dos quais hoje voltam a acreditar nas potencialidades da governança regional – é a prova mais clara de que, mesmo diante de desafios, a colaboração contínua pode transformar destinos e reacender esperanças.

6. REFERENCIAS

BENI, Mário Carlos. Política e planejamento de turismo no Brasil. 10. ed. São Paulo: Aleph, 2006.

BEVIR, Mark. The SAGE Handbook of Governance. London: SAGE Publications, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes para estruturação dos pólos turísticos. Brasília: MTur, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2003–2007: diretrizes, metas e programas. Brasília: MTur, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2007–2010: um plano para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Brasília: MTur, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2013–2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2018–2022: mais emprego, renda e inclusão social. Brasília: MTur, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2023–2027: turismo como vetor de transformação. Brasília: MTur, 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília: MTur, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano de Integridade Institucional do MTur. Brasília: MTur, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo brasileiro fatura R\$ 95,3 bi no primeiro semestre de 2024 e registra melhor patamar desde a pandemia. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-brasileiro-fatura-r-95-3-bi-no-primeiro-semester-de-2024-e-registra-melhor-patamar-desde-a-pandemia>. Acesso em: 4 abr. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

EMBRATUR. História da EMBRATUR. Brasília: Embratur, 2020. Disponível em: <https://www.embratur.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2025.

ENDRES, Ana Maria. Governança pública: limites e possibilidades. Revista do Serviço Público, v. 63, n. 3, p. 311-331, jul./set. 2012.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. O relato de experiência e a pesquisa na prática docente. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente, v. 1, n. 7, p. 45–59, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KALAOUM, Fausi; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Governança turística e governança pública: reflexões teóricas. Rosa dos Ventos, v. 13, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2021.

KOOIMAN, Jan. Governing as Governance. London: SAGE Publications, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACÊDO, Ana. Roteiro Costa das Falésias é destaque nacional em Brasília. Minuto Turismo, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://minutoturismo.com.br/roteiro-costa-das-falesias-e-destaque-nacional-em-brasilia/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

NASCIMENTO, Eliane; MENEZES, Izabel. Pesquisador-participante: desafios e possibilidades na construção do conhecimento em pesquisa qualitativa. *Revista de Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 10, p. 100–116, 2017.

OLIVEIRA, M. C. de. O relato de experiência como estratégia metodológica de pesquisa. *Revista da ABET*, v. 5, n. 2, p. 255–270, 2006.

PARAÍBA. Governo do Estado. Conselho Estadual de Turismo apresenta dados impactantes do turismo em 2024 na Paraíba. João Pessoa: SETDE/PBTUR, 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-turismo-e-desenvolvimento-economico/noticias/conselho-apresenta-dados-impactantes-do-turismo-em-2024-na-paraiba>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. *Political Studies*, v. 44, n. 4, p. 652–667, 1996.

SOUZA, Francisco et al. A regionalização do turismo e os planos nacionais de desenvolvimento turístico. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 17, n. 1, p. 45–65, 2024.

TIAGO, Anekelly Oliveira Machado; GRECHI, Doris Cristina. Nova governança, antigos desafios: a institucionalização da IGR Caminho dos Ipês (MS). *Revista Turismo em Análise*, v. 33, n. 2, p. 289-311, 2022.

TRENTIN, Iara Tatiana. Governança em políticas públicas de turismo: avanços e desafios. *Revista Turismo & Sociedade*, v. 9, n. 2, p. 150-170, 2016.

TRENTIN, Iara. Governança e redes na política pública de turismo no Brasil: análise das instâncias de governança regionais. *Turismo em Análise*, v. 27, n. 1, p. 109–128, 2016.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

Emitido em 30/05/2025

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 01/2025 - CCSA - CGP (11.00.52.01)
(Nº do Documento: 36)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/05/2025 09:17)
YLUSKA MAGALHAES GUEDES BRITO ALMEIDA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
1679264

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
36, ano: **2025**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão:
30/05/2025 e o código de verificação: **64b50d4265**